

Indenizações da ditadura excluem os 'sem partido'

Estudo de fundador do PT mostra que camponeses são 'excluídos' da política de reparação e que benefício é dado a militantes da esquerda

Leonencio Nossa / BRASÍLIA

A política de indenizações por mortes e torturas cometidas pela ditadura exclui os participantes da resistência sem vínculos, no passado e no presente, a partidos e centrais sindicais. Pesquisa da Secretaria de Direitos Humanos mostra que só vítimas ou famílias de mortos que, a partir da redemocratização, migraram de organizações clandestinas para sindicatos ou novas legendas de esquerda conseguiram a reparação do Estado.

O estudo *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*, que será divulgado nesta semana, já é motivo de debate no governo e poderá influenciar a política de reparação. Coordenada pelo ex-presos político e fundador do PT Gilney Viana, do projeto Direito à Memória e à Verdade, a pesquisa mostra que, dos 51 pedidos de indenização de famílias de camponeses assassinados, a Comissão de Mortos e Desaparecidos só deferiu 29 que provaram a "militância político-partidária" do parente. Os 22 pedidos recusados eram casos de pessoas sem partidos.

Uma soma de 602 camponeses mortos ou torturados foi listada como "excluída" das indenizações. Estima-se que, dos 73 mil pedidos de anistia julgados ou em tramitação, só 5% são da área rural, onde há menos militância partidária. "Quem parti-

cipou de movimentos políticos organizados ou se lançou na política depois teve mais facilidade de acesso aos benefícios das Leis dos Mortos e Desaparecidos e da Anistia", afirma Viana.

A polêmica sobre a exclusão dos camponeses na política de reparação de vítimas da ditadura não se limita à rede de direitos humanos formada nas cidades, que deu prioridade a famílias dos mortos e torturados oriundos sobretudo da classe média. Viana diz, em tom diplomático, que o estudo é uma "curva por fora" no caminho trilhado pela esquerda, da qual ele mesmo faz parte.

O estudo vai na contramão da nova estratégia dos partidos chamados de esquerda de se aproximarem do agronegócio, uma das fontes tradicionais de financiamento das siglas de direita. Enquanto PT e PC do B dão uma guinada ruralista, o estudo da Secretaria de Direitos Humanos resgata o papel de lideranças de movimentos populares no campo no tempo da ditadura.

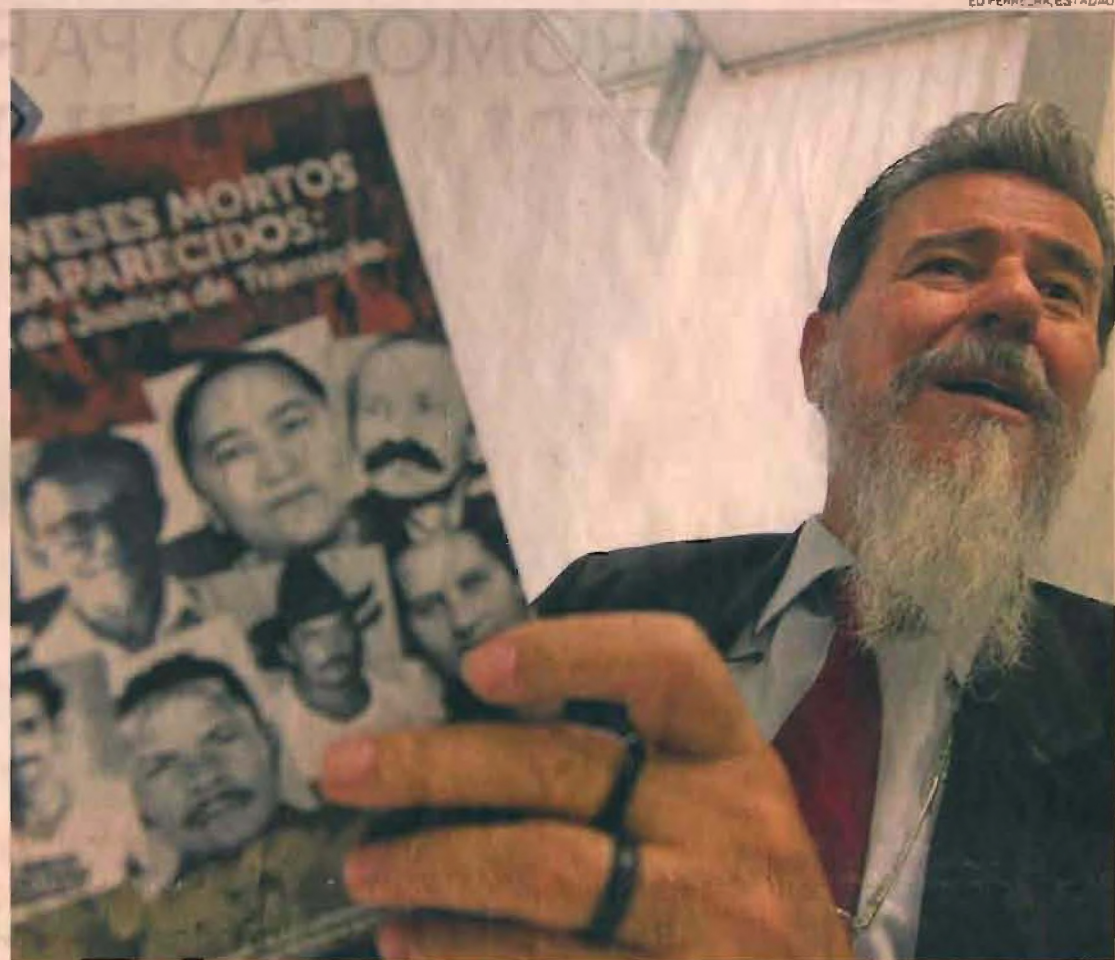
Esforço. Viana pondera que a esquerda não impediu o acesso de pessoas sem vínculos partidários aos benefícios, mas destaca que não houve "esforço" para que as comissões atendessem aos pedidos de camponeses sem partidos políticos. Ele ressalta que a legislação da anistia, iniciada pelos militares, induziu à política que priorizou pessoas de par-

tidos. No caso do benefício da Anistia, servidores públicos e militares tiveram facilidade de obter os benefícios, assim como presos políticos e familiares de mortos, quase todos das cidades.

Boa parte dos camponeses excluídos das indenizações foi vítima da repressão "terceirizada". A ditadura tirou de cena os agentes do Centro de Inteligência do Exército (CIE) e delegou poderes para milícias privadas e polícias. Governadores da oposição ao regime recorreram aos generais de linha-dura para comandar as polícias. Um dos casos emblemáticos é a revolta de agricultores de Viseu, no Pará, no começo dos anos 1980.

A repressão contou com um agente do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), James Sylvio de Vita Lopes, e a polícia do então governador Jader Barbalho (PMDB). Quando militantes das cidades buscavam reparação por danos sofridos na ditadura, os do campo enfrentavam fazendeiros. "Os que estavam na cidade faziam política e os de lá continuavam em guerra", observa Viana. "Os partidos de esquerda são eminentemente urbanos."

Durante a redemocratização, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), braço político no campo da esquerda da Igreja Católica, ficou sozinha no apoio a movimentos sertanejos. Por interesses imediatos, a CPT focou na "luta de classes", enxergando



Acesso. Para Viana, 'quem participou de movimentos políticos organizados' teve mais facilidade

POLÍTICA DE REPARAÇÃO

● Pesquisa mostra o peso da militância político-partidária na liberação de indenizações

Indenização de camponeses



Julgamentos na Comissão de Anistia



Dos 73 mil pedidos de anistia, cerca de 5% são de pessoas do campo

*Os 22 pedidos recusados eram de lideranças ou trabalhadores do campo que não estavam ligados a partidos ou não apresentaram documentos para provar a militância partidária.

FONTE: ESTUDO "CAMPONESES MORTOS E DESAPARECIDOS: EXCLUÍDOS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO"

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

como inimigos os fazendeiros mandantes de crimes, sem vinculá-los, no entanto, a uma rede central de repressão.

Exclusão. "O que não se justifica é que, passado tanto tempo, não se dê a devida importância para o problema da exclusão de camponeses e de pessoas (sem vínculos partidários) nas cida-

des", diz. "Não importa se o militante é do partido A, B ou C, mas o fato de o regime militar o ter identificado como inimigo."

Em 2002, quando a Lei da Anistia foi alterada no Congresso para aumentar o número de benefícios, as centrais sindicais fizeram pressão para atender a seus interesses. À época, a bancada de esquerda era, em sua maio-

ria, formada por parlamentares ligados a sindicatos das cidades. Vítimas e parentes de mortos do campo continuaram discriminados. O estudo não constata fraudes no processo, como o pagamento de benefícios a quem não foi violentado ou morto pela ditadura, mas destaca que a ligação a partidos de esquerda é um critério de indenização.

‘Não importa se o militante é do partido A, B ou C, mas o fato de o regime o ter identificado como inimigo’

Gilney Viana, coordenador do estudo sobre camponeses excluídos das políticas de indenização

Chico Mendes e Gringo, um exemplo da discrepância

Sindicalistas atuaram na Amazônia na ditadura; família de Mendes, do PT, recebeu indenização; já o outro caso está parado

BRASÍLIA

Os sindicalistas Chico Mendes, do Acre, e Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, do Pará, atuavam contra grileiros numa Amazônia conflagrada. A ditadura tinha tirado da área rural os agentes do Centro de Inteli-

gência do Exército (CIE). A repressão continuava, porém, com as polícias e as milícias privadas. Gringo foi morto por um consórcio de fazendeiros em 1980. Chico Mendes morreu mais tarde, em 1988.

A Comissão de Anistia começou a analisar os dois casos em 2005. Três anos depois, concedeu o benefício para a família de Chico Mendes, um filiado do PT e ativista do movimento ambiental que teve o nome gravado no Panteão da Pátria, num lobby dos irmãos petistas Tião e Jorge Viana – primeiro, atual-

mente governador do Acre e o segundo, senador. O caso de Gringo, que não tinha filiação partidária, está parado há oito anos na comissão.

Prioridade. Representantes das Comissões dos Mortos e Desaparecidos e da Anistia dizem que a política de reparação por danos e violências do tempo da ditadura prioriza vítimas de agentes das Forças Armadas. Não há, porém, registros do envolvimento de militares na morte de Chico Mendes. No caso de Gringo, agentes do serviço se-

creto do Exército acompanharam a trajetória sindical do líder da região de Itaipava, no Pará, do começo da guerrilha do Araguaia, em 1972, até a morte dele.

O fato de Gringo ter sido um perseguido e um morto do regime militar não garantiu que ele entrasse na lista dos mortos cujas famílias receberam indenização. “O Gringo não era do PT ou do PC do B, mas era um adversário reconhecido pelo regime”, afirma Gilney Viana, que coordenou o estudo *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*.

O estudo da Secretaria de Direitos Humanos é levantado em meio à pressão de sobreviventes dos movimentos populares de Trombas, em Goiás, e Perdidos e Visou, no Pará, pelo reconhecimento dos massacres promovidos pelo Estado nos anos 1960, 1970 e 1980.

Na chamada revolta de Trombas, agentes das Forças Armadas e a polícia perseguiram e torturaram dezenas de camponeses num vasto período que começou ainda no tempo do governo de Getúlio Vargas.

O temor dos camponeses é

que a Comissão Nacional da Verdade, instalada há um ano para investigar crimes ocorridos durante a ditadura militar, mantenha a velha prática das Comissões de Mortos e Desaparecidos e de Anistia de priorizar as vítimas “vips” e das classes média e alta em seus trabalhos.

Decepção. No balanço de um ano da Comissão Nacional da Verdade, divulgado no dia 21, o grupo de trabalho que investiga a violência no campo não apresentou resultados. Sobreviventes da repressão de Trombas saíram decepcionados do encontro. Para eles, as mortes e torturas de camponeses ainda não são uma prioridade do grupo. /L.N.